

AI-5: Censorship and Repression in the Medici government (1969 - 1974)

Matheus Brito dos Santos

Orientadora: Adriana de Souza Carvalho

RESUMO

Este artigo consiste em propor uma análise sobre o ato inconstitucional número 5 que foi lançado durante o período da ditadura em dezembro de 1968 mais especificamente no governo de Emílio Garrastazu Médici e seus desdobramentos como consequência a censura e repressão na cultura, política, movimentos sociais e na imprensa, o ato propiciou um grave aprofundamento e radicalização da ditadura militar instaurada no país em 1964. Com base no estudo de fontes secundárias como o próprio documento em questão, também utilizarei a análise de jornais da época, como análise das artes e dos movimentos sociais deste período a fim responder à pergunta sobre a utilização de um documento oficial como ferramenta de legitimação das ações deste governo e suas implicações neste período estudado.

Palavras-chaves: Governo de Emílio Garrastazu Médici. Ditadura Militar. AI-5. Censura. Repressão.

SUMÁRIO

1.Considerações iniciais.....	5
1.1 Contexto Histórico.....	6
1.2 Principais Ações do governo Jango	8
2. Os Instrumentos legais que sustentaram a ditadura	9
3. Governo de Emílio Garrastazu Médici.....	12
4. O Ato inconstitucional Número 5 (AI-5).....	14
4.1. Consequências do Ato inconstitucional-5.....	16
5. Censura e repressão causadas pelo AI-5.....	18
5.2 Movimento estudantil.....	22
5.3 Oposição política democrática	22
6. Considerações Finais	24
7. Referência Bibliográfica	25

1.Introdução

Esse artigo tem como finalidade de explicar, de modo consistente e objetivo, a utilização de um documento oficial para justificar determinadas ações sejam elas lícitas ou ilícitas e seus impactos nas instituições políticas e sociais, relacionando-os com o documento ato institucional número 5 (AI-5), lançado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva e intensificado no governo Médici (1968 a 1974), dando início aos "Anos de chumbo", neste período foi visto o ápice da repressão e censura em todas as instâncias sociais e oficiais do governo.

Pois há muito debate sobre o AI-5, muitas pessoas que se propõem em pesquisar esse período, os mesmos definem a consolidação desse documento como "golpe dentro de um golpe", porque endureceu o regime e foi uma forma de os militares consolidarem e estabilizarem seu poder, força e governo.

Uma vez exposto os pontos mais relevantes a respeito do uso de um documento oficial (AI-5), para legitimar os atos de seu governo e suas consequências relacionada ao aumento da censura e repressão, de maneira genérica, iremos abordar o contexto histórico em que o país estava passando neste período da ditadura militar (1968 a 1974) e posteriormente iremos falar sobre o governo Médici, já que para entendermos com que intuito foi utilizando esse documento oficial, entender como essa ação legal foi o estopim para o ápice da repressão e censura neste período no qual iremos abordar..

Depois de esclarecer essa situação da história do Brasil, mas especificamente essa articulação para o golpe militar, o artigo irá analisar os seguintes documentos: O ato inconstitucional número 5, documentos, reportagem, notícias sobre a censura nos meios de comunicação, nos meios culturais e documento que retratam a repressão que ocorreu nos movimentos sociais, pois o foco deste artigo será a análise destes documentos, utilizações e suas consequências.

Entender todo esse processo, de instauração deste documento e seus desdobramentos, pode ser uma forma de entendermos melhor esse momento tão marcante da história brasileira que ocorreu no governo Médici.

1.1 Contexto Histórico

Para entendermos como ocorreu a adoção deste mecanismo legal para legitimar as ações destes governos, precisamos entender como se configurou essa estrutura.

O regime militar durou 21 anos (1964-1985) e com isso seus respectivos governos estabeleceram mecanismos “legais” para justificar as próprias ações, tais como: Os atos inconstitucionais que foram documentos que cercearam os poderes políticos legislativo, Posteriormente essas censuras foram para outras camadas da sociedades, atingindo à imprensa, restrição aos direitos políticos, perseguição policial aos opositores do regime, restrição na parte cultura como peças, obras de arte, telenovelas, músicas e etc. O golpe militar de 31 de março de 1964 tinha como objetivo evitar o avanço das organizações populares do Governo de João Goulart, acusando-os de manterem proximidade com a ideologia comunista.

O ponto de partida foi a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. O Congresso Nacional empossou temporariamente o presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzili, pois o vice-presidente encontrava-se em viagem à China.

Como iremos notar o pensamento social daquela época estava polarizado e dividido entre "Direita X Esquerda" do qual pairava um pensamento de os “Comunistas tomariam o país”, pensamento esse herdado pelo período da guerra fria, da bipolarização de poder no qual o mundo estava passando, isso se reflete também nos veículos de imprensa da época que apoiava candidatos mais conservadores refletindo no imaginário social que pairava no brasil, toda essa articulação que estava curso neste período será favorável à deposição do presidente Jânio Quadros, como iremos ver na reportagem do o jornal O globo deste período. Ok



([Http://memoria.oglobo.globo.com](http://memoria.oglobo.globo.com))

Antes mesmo de Jango ir embora do país, o presidente do senado, Auro de Moura Andrade, já havia proclamado como vaga a presidência da República. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, tomou posse interinamente da presidência, conforme estava previsto na Constituição de 1964, como ocorreu em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. O poder real, no entanto, encontrava-se nas mãos dos militares. No dia 2 abril, foi organizado o autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, esse grupo era composto por três membros das forças militares: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do exército, essa junta permaneceria no poder por duas semanas. Enquanto João Goulart preparava-se para o seu retorno ao Brasil, os ministros militares estavam fazendo articulações para o impedimento da posse de Jango, os mesmo alegam que João Goulart supostamente compactuava e simpatizava com as ideias subversivas do qual pairavam sobre este período, essa acusações não foram aceitas pois o impedimento violava a Constituição por isso foi negado por vários segmentos da nação, que passou a se mobilizar, ocorrendo várias manifestações e greves em todo território Brasileiro.

Diante da ameaça de guerra civil, foi feita no Congresso a proposta de Emenda Constitucional nº4, estabelecendo o regime parlamentarista no Brasil.

Dessa forma, Goulart seria presidente, mas com poderes limitados. Jango aceitou a redução de seus poderes, esperando recuperá-lo em momento oportuno.

O Congresso votou a favor da medida e Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961. Para ocupar o cargo de primeiro-ministro foi indicado o deputado Tancredo Neves, o parlamentarismo durou até janeiro de 1963, quando um plebiscito pôs fim ao curto período parlamentarista republicano.

1.2 PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO DE JANGO

Em 1964, Jango resolveu lançar as "Reformas de Base" a fim de mudar o país. Assim, o presidente anunciou: Desapropriações de terras; nacionalização das refinarias de petróleo; reforma eleitoral garantindo o voto para analfabetos; reforma universitária, entre outras.

Essas ações não agradaram à elite conservadora da época, sendo esse ponto decisivo para a articulação do golpe mais à frente. A inflação chegou a atingir em 1963, o índice de 73,5%. O presidente exigia uma nova constituição que acabasse com as "estruturas arcaicas" da sociedade brasileira. O presidente era apoiado por universitários que atuavam por meio de suas organizações e uma das principais era a União Nacional dos Estudantes (UNE). Igualmente, os comunistas de várias tendências, desenvolviam intenso trabalho de organização e mobilização popular, apesar de atuarem na ilegalidade. Diante do quadro de crescente agitação, os adversários do governo aceleraram a realização do golpe. No dia 31 de março de 1964, o presidente João Goulart foi deposto pelos militares e Jango refugiou-se no Uruguai. Aqueles que tentaram resistir ao golpe sofreram dura repressão

Para cobrir o vazio de poder, uma junta militar assumiu o controle do país. No dia 9 de abril foi decretado o Ato Institucional nº 1, dando poderes ao Congresso para eleger o novo presidente. O escolhido foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que havia sido chefe do estado-maior do Exército, como relata o filósofo Caio Navarro de Toledo (2004, p.15):

“Aponta que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico cultural que estava em curso no país.

Tal debate era realizado em partidos políticos, na imprensa, nos órgãos governamentais, associações de classe, e entidades culturais. Com isso o regime militar concentrou-se em vigiar e

controlar o espaço público, o novo regime voltou-se contra os trabalhadores, intervindo em sindicatos, destituindo as lideranças sindicais mais expressivas, que passaram a ser perseguidas”

Isto era apenas o início da interferência militar na gestão política da sociedade brasileira, posteriormente os governos seguintes ao de castelo foram aumentando a repressão nas diversas instâncias tais como social, política, durante os anos de 1964 e 1969, o regime militar utilizou a edição de Atos Institucionais para impor decisões que visavam garantir a permanência dos militares no poder. Esses atos eram decretos e normas que se colocavam

2. Os Instrumentos legais que sustentaram a ditadura.

Durante os anos de 1964 e 1969, o regime militar utilizou a edição de Atos Institucionais para impor decisões que visavam garantir a permanência dos militares no poder. Esses atos eram decretos e normas que se colocavam acima da constituição vigente, mesmo depois dos militares outorgarem sua própria Constituição ditatorial, a de 1967.

O regime militar decretou 17 atos institucionais, sendo o mais conhecido dentre eles o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que marcou a radicalização do governo durante os anos de chumbo. Esses atos eram publicados com a justificativa de serem necessários à luta contra a corrupção e pela manutenção da soberania nacional contra o avanço do comunismo no país.

Para obterem o comando do Estado, os oficiais recorreram aos atributos da conspiração e da intimidação (que apenas uma instituição com amplo acesso às armas pode transmitir), mas, para permanecerem no controle do Estado Brasileiro e manter um "Ar" de legalidades das próprias ações utilizando documentos oficiais para que os mesmos produziram legitimação aos atos de exceção cometidos em nome do prosseguimento da chamada “Revolução de 64”. Isso porque, conforme o raciocínio de Arendt (1972, p. 31):

“Jamais existiu um governo exclusivamente baseado nos meios de violência. Mesmo o mandante totalitário, cujo maior instrumento de domínio é a tortura, precisa de uma base de poder [...]”.

Na citação acima podemos concluir que nenhum governo seja ele totalitário, ditatorial ou militares se mantém no poder por muito tempo tão somente com o poderio Bélico, precisam de mecanismos "legais" para que seus governos possam se sustenta com êxito por longo período, os militares brasileiros almejam justificar ações de “limpeza nacional” e banimento do “perigo vermelho” atribuindo legitimidade ao levante revolucionário perante a lei.

O intuito de validar as ações exercidas com fundamento nos textos legais ocasionou “um poder político sem limites, pelo qual os princípios do constitucionalismo seriam completamente desconsiderados” (LIMA, 2018, p. 102), Assim, a “base de poder” especificamente elaborada pelos e para os militares durante os primeiros dez anos do Regime Militar, manifestou-se em estatutos normativos diversos e notadamente curiosos, como a autora diz, (ARENDT, 1972, p. 31) tais como 17 Atos Institucionais, 104 Atos Complementares, Código Eleitoral, decretos e Constituição de 1967, habilidosamente pensados no intuito de enfraquecer as resistências e aumentar a capacidade de repressão sobre os setores considerados perigosos à nação.

A normatização de regras e procedimentos centrados nos interesses da nova classe dominante (política e ideologicamente) funcionou com uma “lógica liberal associada à práxis autoritária” (TRINDADE, 1994), incorporando elementos de tirania às instituições de tradição liberal-democrática a fim de controlá-las em seu interior. Na mentalidade dos militares e seus líderes,

[...] era necessário dar aparência de Estado de Direito à Ditadura” (LIMA, 2018, p. 126), tendo em vista que, “na concepção dos governos militares, ditadura era agir fora da lei. Agir dentro da lei era sinônimo de democracia, mesmo que sua construção ocorresse de maneira ad hoc (LIMA, 2018, p. 10).

Podemos perceber o esforço destes governos em manter uma "Aparência democrática", porém na realidade esses AI's permitiram aos agentes do Estado a realização de diversas ações voltadas à diminuição das oposições, à restrição das liberdades de reunião, imprensa e opinião, à instauração da censura aos meios de comunicação, às prisões arbitrárias de suspeitos de estarem aspetos a ideologias subversivas à perseguição se torna implacável aos participantes de ligas,

organizações e movimentos esquerdistas contrários à situação política "Impostas" pelos militares do levante de 1964.

Em verdade, tal ação criou uma legalidade paralela à ordem constitucional legitimamente edificada pelo constituinte originário (eleito por sufrágio popular). Houve uma enorme reconfiguração no agir e no existir das instituições, em diminuição drástica das competências do Legislativo e do Judiciário e consequente enfraquecimento do Princípio de Separação dos Poderes, uma das bases do Estado de Direito. E não somente isso; por estarem, de fato, acima da Constituição (BEDÊ JÚNIOR, 2013), os Atos Institucionais transferiram de direito o Poder da Elites civis para as Forças Armadas. Silva (2011, p. 8) diz:

"O regime dos atos institucionais constituía legalidade excepcional, 'formada sem necessidade', porque voltada apenas para coibir adversários políticos e ideológicos e sustentar os detentores do poder e os interesses das classes dominantes, aliados às oligarquias nacionais [...] Tudo se poderia fazer: fechar as Casas Legislativas, cassar mandatos eletivos, demitir funcionários, suspender direitos políticos, aposentar e punir magistrados e militares e outros. Mas o que ainda era pior é que não havia nada mais que impedisse a expedição de outros atos institucionais com qualquer conteúdo. O regime foi um estado de exceção permanente: pura Ditadura".

“Durante o período de Ditadura Militar vigente até 1985, foram editados dezessete (17) Atos, sendo o primeiro em 09 de abril de 1964 e o último em [...] 1969. Desses, doze (12) deles foram editados num período de apenas onze (11) meses (AI-5 ao AI-17) ” (BARCELLOS; SGANZERLA, 2015, p. 115), dito isso podemos perceber como esses documentos foram importantes para que esses governos conseguissem se manter no poder por um longo período de tempo, agora iremos ver quais foram as consequências destes documentos para as instâncias sociais e políticas brasileira.

3 . Governo de Emílio Garrastazu Médici.

Para entendermos melhor o AI-5 como uma forma de legitimar as ações destes governos, precisamos entender em qual contexto ele foi estabelecido. Ao focarmos a década de 1970, neste período que se deu início ao governo do general Emílio Garrastazu Médici, este governo ficou conhecido por duas diferentes ações, a primeira foi o desenvolvimento econômico acentuado e a segunda foi a repressão intensiva característica marcante de seus governos.



(Posse de Médici como Presidente da República, 1969. Arquivo Nacional)

O regime militar brasileiro foi responsável pelo estabelecimento de um quadro de natureza contraditória no Brasil. Por um lado, o país vivenciou um período de grande desenvolvimento da economia brasileira. Durante todo esse período, o país experimentou níveis de crescimento que variam entre sete e treze por cento ao ano. Vários recursos foram destinados à expansão da infraestrutura, a indústria se expandiu e novos postos de trabalho surgiram.

Por outro lado, essa mesma época também foi marcada pela intensificação da violência empregada contra os opositores do regime. Prisões, torturas e assassinatos direcionados aos opositores do governo. No campo e nas cidades, a Repressão se sofisticava com a criação e desenvolvimento de centros de informações e operações que comandavam o levantamento de investigações contrastais movimentos. Além disso, órgãos clandestinos como a Operação Bandeirantes (OBAN) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) davam apoio a essas ações, com o intuito de mascarar e amenizar essa violência institucionalizada, o governo contou e utilizou os meios de comunicação para que pudesse reafirmar o espírito nacionalista e o desenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, os instrumentos de censura, garantidos pelo Ato Institucional Nº 5, estabeleciam o impedimento da publicação de matérias de jornal ou qualquer

tipo de manifestação artística interessada em denunciar tais abusos. Era de tal modo que milhares de cidadãos eram silenciados ou alienados dos abusos que sustentavam tal situação.

4. O Ato inconstitucional Número 5 (AI-5).

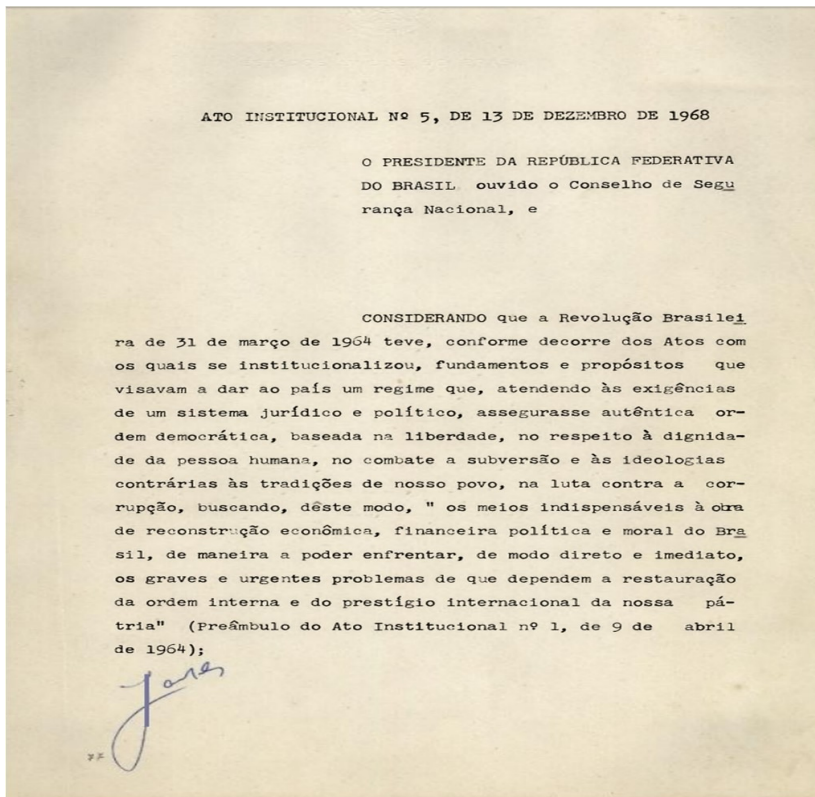
Entendido como foi organização e as bases que o governo feito por Médici assumiu, de uma forma resumida, iremos adentrar no documentos principal que servirá como norte para este artigo, iremos falar um pouco sobre o Ai-5, o documentos referido anteriormente foi um ato decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o período da ditadura militar, no governo do general Arthur da Costa e Silva e posto em prática de forma efetiva no governo de Médici, Este ato marcou um período de censura e repressão da ditadura militar no Brasil, e ficou historicamente conhecido como o mais duro dos Atos Institucionais, que eram diplomas legais emitidos pelo poder executivo entre os anos de 1964 e 1969, Segundo o texto do ato, o Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República (Art. 2º, AI-5).

Ainda, segundo o artigo 11 do AI-5, eram excluídos de qualquer apreciação judicial (ou seja, nenhum juiz ou tribunal poderiam fazer qualquer análise) todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os seus respectivos efeitos. Com isso podia-se perceber que a concentração de poder no executivo paralela a um enfraquecimento do legislativo e do judiciário. E o que isso significava? Implica muito para uma democracia, que se baseia no equilíbrio entre os três poderes. Era justamente esse fortalecimento do executivo em detrimento dos outros dois poderes que ia caracterizava o regime ditatorial, esse desequilíbrio acaba afetando diretamente os direitos políticos e sociais da população brasileira neste período, veremos baixos o documento em questões e em jornais deste período que registraram este acontecimento:



(Jornal do Brasil - Rio de Janeiro, 14/12/1968). (O Globo (Rio de Janeiro, 14/12/1968).

•Ato institucional Número 5:



(FOTO: WIKIMEDIA COMMONS)

4.1 Consequências do Ato institucional-5:

As consequências a partir da instauração do AI-5 foram devastadoras, as consequências imediatas foram as seguintes:

O Presidente da República recebeu autoridade para fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos estados; esse poder foi usado assim que o AI-5 foi assinado, resultando no fechamento do Congresso Nacional e de todas as Assembleias Legislativas dos estados brasileiros (com exceção de São Paulo) por quase um ano; O Presidente da República e os Governadores dos Estados passaram a assumir, durante os períodos de recesso forçado das legislaturas federais e estaduais, respectivamente, as funções do poder legislativo, impondo ao

Presidente e aos Governadores legislar por meio de decretos-leis, que tiveram a mesma força e efeito que as leis aprovadas pelas legislaturas. Esse poder incluiu o poder de legislar emendas constitucionais.

Uma emenda constitucional global da Constituição de 1967 do Brasil (já adotada no âmbito da ditadura militar) foi promulgada em 1969 (Emenda Constitucional nº 1, também conhecida como a Constituição de 1969, porque todo o texto alterado e consolidado da Constituição foi reeditado como parte da emenda), sob a autoridade transferida para o Poder Executivo pelo AI-5; A permissão para o governo federal, sob pretexto de "segurança nacional", para intervir em estados e municípios, suspendendo as autoridades locais e nomeando interventores federais para dirigir os estados e os municípios; A censura prévia de música, cinema, teatro e televisão (uma obra poderia ser censurada se fosse entendida como uma subversão dos valores políticos e morais) e a censura da imprensa e de outros meios de comunicação; A ilegalidade das reuniões políticas não autorizadas pela polícia; houve também diversos toques de recolher em todo o país; A suspensão do habeas corpus por crimes de motivação política.

O poder do Presidente da República destituiu sumariamente qualquer funcionário público, incluindo políticos oficialmente eleitos e juízes, se eles fossem subversivos ou não-cooperativos com o regime. Este poder foi amplamente utilizado durante o regime militar para desocupar os assentos dos membros do partido de oposição (MDB) no poder legislativo, de modo que as eleições fossem realizadas como de costume, mas a composição do legislativo resultante das eleições era dramaticamente alterada pela cassação de mandatos de parlamentares da oposição. Isso, de fato, transformou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores em um "carimbo de aprovação" das elites militares. A cassação dos mandatos de parlamentares da oposição também afetou a composição do Colégio Eleitoral do Presidente da República (sob a Constituição de 1967 e a emenda de 1969, adotadas sob o regime militar, o Presidente era escolhido por um colégio eleitoral constituído por todo o Congresso Nacional e de delegados escolhidos pelas Assembleias Estaduais). Assim, não só as eleições para o Poder Executivo foram indiretas, mas as vagas criadas na composição dos órgãos legislativos afetaram a composição do Colégio Eleitoral, que também se tornaram subordinados aos militares;

O poder do Presidente de decretar a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos considerados subversivos, privando-os por até dez anos da capacidade de votação ou de eleição; A legitimidade instantânea de certos tipos de decretos emitidos pelo Presidente, que não foram sujeitos a revisão judicial. De acordo com essas disposições, os Atos Institucionais, e qualquer ação baseada em um Ato Institucional (como um decreto que suspende direitos políticos ou remove alguém do cargo), não estavam sujeitas a revisão judicial.

Dito isso iremos ver como ocorreu essa repressão intensificada em três aspectos, social, cultural e nos meios de comunicação (Imprensa, tv, rádio e etc.).

5. Censura e repressão causadas pelo AI-5

Vimos anteriormente as consequências geradas pelo AI-5, agora iremos nos aprofundar na análise desta consequência, A ênfase será dada justamente em um período crítico para a sociedade brasileira, ou seja, logo após o presidente Arthur da Costa e Silva assinar no dia 13 de dezembro de 1968 o Ato Inconstitucional n.º 5. A repressão então começa a produzir seus frutos em diversas instâncias da sociedade brasileira, exemplo as artes, cultura, política, e etc.; como o jornalista e crítico musical relata durante este período:

A atmosfera do país era bastante pesada, principalmente depois de 13 de dezembro, quando o governo militar do general Costa e Silva contra-atacou a onda de contestação que tomava o país com o repressivo Ato Inconstitucional nº 5. Foi o início de uma série de prisões, atos de censura, cassações políticas e o fechamento do Congresso, que também resultou na prisão de Gil e Caetano.

(CALADO, 1996, p.153).

Podemos perceber com a fala do autor que estes comandantes que hora ocupavam o poder da República não iriam permitir que opinião, críticas que pudesse fazer a população brasileira começasse a questionar as atitudes, leis, normas e etc., que este governo vinha até então conduzindo, tudo que pudesse vir a atrapalhar os planos pois quem se opusesse a eles iriam se eliminar de alguma forma, graças a guerra fria, que foi uma guerra que dividiu o mundo em dois, o

bloco capitalista e o bloco socialista, pairava sobre a América "O Terror do comunismo", ideia essa implantada pelos Estados Unidos para afastar qualquer influência do comunismo no continente americano, interferindo diretamente nos governos de forma a desestruturá-los e ajudando e financiando esse golpes, dito isso quisermos indivíduos que fosse contra as ações deste governo era culpado de compactuar com as ideias subversivas (Comunista), além dos militares terem apoio externo eles tinham documento oficiais que permitam que eles retirassem os direitos políticos e civis de qualquer cidadãos, julgando esses "Crimes" da forma que bem entendiam, iremos pegar o exemplo do Caetano Veloso que foi Preso por lançar a música Che, O mesmo foi acusado pela polícia federal de estar realizando propaganda subversiva socialista, homenageando o guerrilheiro da Revolução Cubana.

Em relação à cultura, artes desde a televisão, peças de teatro, exposições, cinemas, todos foram censurados pelo governo, tudo que saísse do crivo ideológico que este governo tinha era cancelado, seus organizadores presos e torturados, pois com o AI-5 eles possuíam artefatos legais para tais ações.

Não foi só que a cultura sofreu com a repressão e censura em seus conteúdos, também os meios de comunicação, mas específico a imprensas receberam um pente-fino e foram alvos de ataques, acusações, coações, perseguições, durante a ditadura instaurada pelo golpe civil-militar de 1964, que assumiu múltiplas formas: a lei da imprensa de 1967, a censura prévia, em 1970, a autocensura.

Tratando-se, por princípio, de violação à liberdade de expressão, direito essencial e elementar da democracia, atingiu a imprensa de maneira diferenciada uma vez que o termo se refere a um conjunto muito amplo e variado de órgãos de informação. Assim, se a censura serviu para cercear periódicos de grande circulação como Última Hora e Correio da Manhã e os da imprensa alternativa ou nanica, como Opinião, Movimento, Em Tempo, Pasquim, igualmente foi útil a muitos outros para calar aqueles que veiculavam posições contrárias ao regime e/ou à ordem capitalista. A censura, assim, desempenhou papel fundamental na implantação e na consolidação da ditadura, silenciando uns e servindo a outros. Houve abençoados pela censura que construíram impérios de comunicação. Lembrar os jornalistas que resistiram ao arbítrio não pode implicar no esquecimento daqueles – jornalistas e jornais – que estiveram a favor do arbítrio, louvando em

suas páginas os grandes feitos dos militares, suas conquistas econômicas e a pacificação do país, celebrando a eliminação dos terroristas e dos maus brasileiros que ameaçavam a ordem e o progresso. Essas palavras eram recorrentes na maior parte da grande imprensa não exclusivamente devido à censura, mas, principalmente, porque seus editores, leitores, assim viam a realidade. Não se pode silenciar tampouco a respeito das manchetes e dos editoriais às vésperas do 31 de março de 1964, clamando pela intervenção militar contra a baderna, sinônimo aí usado para se referir aos movimentos que defendiam projetos por reformas e/ou revolucionários. Esse sentido civil do golpe e da ditadura precisa ser resgatado e, sobretudo, compreendido.

A ABI, Associação Brasileira de Imprensa, conhecida desde o final dos anos 1970 e nas décadas seguintes como a trincheira da liberdade, era uma instituição de representação dos jornalistas com muitas nuances e interesses diferenciados, muito longe da unidade e do combate sugeridos por certas versões. Houve resistência à ditadura, sem dúvida, quando muitos, demonstrando coragem, enfrentaram os rigores de uma situação de exceção, mas é preciso não esquecer que, em 1964, o seu presidente aceitou desempenhar o papel de interventor no Sindicato dos jornalistas; a presença do general-presidente Costa e Silva na sede da ABI, em 1968, convidado de honra da comemoração dos sessenta anos da instituição; a eleição de Adonias Filho, intelectual do golpe e da ditadura, presidente da instituição no biênio 1972-1974 eleito por seus pares.

A atuação dos alternativos Opinião, Movimento, Em Tempo, Pasquim, que enfrentaram as arbitrariedades e imposições do regime, com a espada da censura sobre suas cabeças, deve ser situada nesse contexto, sob pena de, ao se homenagear a resistência, silenciarmos sobre a imensa zona cinzenta, com suas muitas nuances que variaram ao longo do tempo e das circunstâncias, na qual esteve a maior parte dos jornais e jornalistas lidos pela maioria da população. É nessa zona cinzenta, portanto, que se encontram igualmente seus leitores, não porque manipulados e enganados, mas, porque encontrava neles muito de seus valores e referências. Homenagear a resistência de jornais e jornalistas é antes de tudo compreender a complexidade e as evoluções da época, nas quais a imprensa teve lugar relevante, intermediando as relações entre opinião e regime. Homenageá-los não é ver os censores-imbecis enganados por jornalistas-inteligentes, encontrando aí mais uma dualidade simplificadora que contorna o esforço de compreensão,

levando a lugar nenhum. Homenagear os jornalistas resistentes é enxergar o universo no qual atuaram, é resistir a uma certa memória que silencia a história.

5.1 O movimento operário

Começou a posicionar-se contra as perdas que a classe havia tido desde a tomada do poder pelos militares. O custo de vida aumentava, e os trabalhadores sofriam com o congelamento dos salários e ainda eram proibidos de realizar greve. Nesse contexto adverso e hostil a eles, a saída encontrada pela classe foi a resistência. Assim, em 1968, explodiram dois movimentos de trabalhadores significativos: o de Contagem (MG) e o de Osasco (SP). Ambos ficaram marcados pelas grandes greves que realizaram e contaram com a adesão de 16 mil trabalhadores, no caso de Contagem, e de 10 mil trabalhadores, no caso de Osasco. A resposta dos militares, sobretudo no caso de Osasco, foi a repressão e a violência.

A repressão que se seguiu contra os trabalhadores em todo o país enfraqueceu significativamente o movimento operário. A repressão nesse caso foi tão significativa que grandes empresas chegaram a fornecer seus espaços para que agentes do governo torturassem funcionários supostamente envolvidos com atividades subversivas, além de denunciá-los diretamente aos militares.

5.2 Movimento estudantil

O ano de 1968 foi, por excelência, um ano de grande mobilização estudantil. Impulsionado pelos acontecimentos na França, estudantes do mundo todo foram às ruas para lutar contra a tirania. Essa luta no Brasil tinha uma dimensão palpável, uma vez que existia um governo ditatorial instalado no poder há quatro anos. Os protestos estudantis ganharam muita força sobretudo após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Ele foi morto em consequência da violência policial contra um protesto de estudantes no Rio de Janeiro. Sua morte chocou o país e trouxe mais gente para as ruas. O velório e enterro dele contou com a presença de mais de 60 mil pessoas e com protestos violentos nas ruas fluminenses^[1], além das demonstrações de oposição de

membros da Igreja Católica. A repressão policial contra esses estudantes também foi dura. Em junho de 1968, ainda aconteceu a Passeata dos Cem Mil, mobilizando artistas e intelectuais no Rio de Janeiro. Depois disso, o governo proibiu a realização de manifestações e passou a intervir diretamente nas universidades, sendo o caso da invasão da Universidade de Brasília (UnB) pelos militares o exemplo mais notório disso.

5.3 Oposição política democrática

No ano de 1968 houve também as manifestações de oposição política que aconteciam de maneira democrática. Os dois casos de destaque foram a Frente Ampla, formada em 1966, mas proibida de atuar a partir de 1968, e o caso que envolvia o deputado Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida do regime. A Frente Ampla foi formada como uma reação de Carlos Lacerda, liberal que apoiou o golpe em 1964, contra o fim do processo democrático no Brasil. Ele pretendia concorrer à presidência em 1965, e como os militares cancelaram as eleições presidenciais, ele voltou contra o regime e formou esse grupo político com o desejo de colocar o Brasil no caminho democrático novamente. Lacerda contou com o apoio de João Goulart e Juscelino Kubitschek, ambos ex-presidentes do Brasil, o que deu força a essa organização política. Por ser uma alternativa política de influência contra os militares, o governo decidiu agir e, assim, em 1968, a Frente Ampla foi colocada na ilegalidade e Carlos Lacerda sofreu perseguições por ter se voltado contra os militares que um dia apoiou.

O estopim para a edição do AI-5 foi o caso envolvendo o deputado Márcio Moreira Alves. Em 2 de setembro de 1968, em discurso no Congresso, o deputado da oposição incentivou a população a boicotar os eventos que seriam realizados no dia 7 de setembro que se aproximava. Durante essa fala, ele fez duras colocações contra os militares, chamando o Exército brasileiro de “valhacouto de torturadores”. Ele também incentivou as mulheres brasileiras que namoravam militares a boicotarem seus parceiros, caso eles fossem coniventes com toda a violência cometida pelo Exército na ditadura.

A reação dos militares foi imediata: solicitaram o afastamento do deputado para que ele pudesse ser processado. O Congresso votou o afastamento de Márcio Moreira Alves e o resultado

foi que, por 216 a 141, os deputados recusaram-se a obedecer ao pedido dos militares. A votação do afastamento de Márcio Moreira Alves ainda ficou marcada por comentários ácidos dos opositores contra os militares.

O resultado da derrota dos militares nesse caso foi que eles se fartaram de mascarar seus interesses e agir energicamente para fechar o regime e acabar definitivamente com a oposição. O ano de 1968 é marcado por protestos de trabalhadores, estudantes, artistas, intelectuais, membros da Igreja e agora os políticos voltavam-se abertamente contra o regime.

Os militares que comandavam o país uniram-se, convocaram uma reunião do Conselho de Segurança Nacional que ficou conhecida na nossa história como “missa negra”, e, horas depois, foi feito o anúncio do Ato Institucional nº 5.

6. Considerações finais

Podemos notar que ao longo deste período os militares que assumiram o poder através de um golpe camuflado de revolução, este evento ocorreu em todas os países latino-americanos, sempre com o apoio dos estados unidos, com a ideia de "afastar" as ideias comunistas que perpassam este período em decorrência da guerra fria, dito isso podemos perceber que esses governos autoritários buscavam ar de "legalidades", tentando efetivar suas ações, conceitos, ideias e etc., com isso esses governantes se dispuseram de mecanismos legais que foram os atos inconstitucionais, estes eram documentos, diplomas legais baixados pelo poder executivo no período de 1964 a 1969, durante a ditadura militar brasileira. Foram editados pelos comandantes-em-chefe do exército, da marinha e da aeronáutica ou pelo presidente da república, com o respaldo do conselho de defesa nacional. Estes davam um "Ar" de legalidades, porém também dava plenos poderes legais a esta comandante de retirarem direitos políticos da população, ocasionou o aumento das perseguições, repressões, prisões e gerando muitas mortes e desaparecimento que não foram desvendados até hoje, por fim concluímos que os militares utilizaram de artifícios legais para dar um ar de legalidades e legitimidades nas ações que eles pretendiam realizar de acordo com suas vontades e crivos ideológicos

Referência Bibliográfica

°<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>

°<http://memoria.oglobo.globo.com>

°<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/entenda-o-golpe-de-1964-e-as-consequencias-da-ditadura-militar-no-pais.shtm>

°HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e participação nos anos 60**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

°CALADO, Carlos. **A divina comédia dos Mutantes**. São Paulo: Editora 34, 1996.

°MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Nova consciência de Brasil**. [s. n.]: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

°FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 1995

°ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

°TRINDADE, Hégio. **O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista**. In: SOARES, Gláucio Ary D'ARAUJO, Celina (Org.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 123-141.

°SILVA, José Afonso da. **O constitucionalismo brasileiro: evolução institucional**. São Paulo: Malheiros, 2011.

°BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de; SGANZERLA, Rogério. **O papel dos atos institucionais na privação de garantias fundamentais durante o período da ditadura militar no Brasil**. In: CONGRESSO NACIONAL DA FEPODI, 4. 2015, São Paulo. Anais... São Paulo: FEPODI, 2015. p. 115-123.